



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 9/XVI/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A EQUIPARAÇÃO DO SUBSÍDIO DE RISCO DA PSP E GNR AO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, A REVISÃO DA RESPETIVAS CARREIRAS E TABELAS REMUNERATÓRIAS E ABERTURA DE NOVOS CONCURSOS DE INGRESSO NA PSP E GNR

A atribuição de um suplemento de risco aos profissionais das forças de segurança condigno e justo tem sido desde há largos anos uma reivindicação dos sindicatos e associações socioprofissionais da PSP e da GNR. Para além de se tratar de uma matéria de elementar justiça, atentas as funções que estes profissionais exercem, constitui um dos fatores principais para a falta de atratividade das respetivas carreiras, o que tem acarretado graves consequências para o nosso país.

O reconhecimento e dignidade devidos aos profissionais das forças de segurança passa, também, por garantir condições remuneratórias justas. Mais, o descontentamento dos profissionais da PSP e GNR tem, legitimamente, aumentado pelo facto de outras forças de segurança e de investigação criminal terem recebido um tratamento mais favorável nesta matéria, provocando uma intolerável situação de injustiça relativa.

Esta factualidade tem vindo a ser amplamente reconhecida quer pela sociedade civil, quer pelos decisores políticos. Porém, o certo é que o anterior Governo e a maioria do Partido Socialista inviabilizaram todas as propostas que foram apresentadas no sentido de robustecer a componente fixa daquele suplemento remuneratório.

Ora, como é sabido, o Ministério da Justiça aprovou recentemente o novo suplemento de missão (pago a 14 meses) destinado aos "trabalhadores das carreiras especiais e das carreiras subsistentes da PJ, pelo exercício de funções em condições de risco, insalubridade e penosidade", com um valor mensal indexado à remuneração base

mensal do diretor nacional da PJ "e calculado em função das condições específicas associadas às respetivas carreiras e funções". Em alguns casos, este aumento pode chegar a quase 700 euros por mês.

A medida adotada pelo anterior Governo, apesar de acertada, é profundamente discriminatória e injusta para as restantes forças de segurança, devendo ser devida e prontamente corrigida.

Outro problema que se verifica relativamente às forças de segurança é a preocupante falta de efetivos e o envelhecimento dos seus profissionais. Com efeito, é do conhecimento público que os concursos de recrutamento não têm logrado alcançar o necessário rejuvenescimento dos quadros de pessoal, quer devido à diminuição do número de candidatos, quer à diminuição do número de admitidos e de formandos. Com efeito, nem a flexibilização das regras e dos requisitos e critérios de avaliação dos candidatos impediu que, no caso da PSP, quase metade das vagas ficassem por preencher.

As associações de profissionais do setor apontam como causa para este fenómeno a falta de atratividade da profissão resultante dos baixos salários, da falta de mobilidade interna e a constante perda de direitos e condições laborais, ao longo dos últimos anos. A isto acresce que os agentes da PSP continuam a passar à pré-aposentação perto dos 60 anos, violando o seu Estatuto profissional, situação que tem tido a colaboração de sucessivos Governos.

Significa isto que a causa da falta de efetivos e do envelhecimento nas forças de segurança reside na falta de atratividade da carreira, pelo que é imperioso que se comece, sem delongas, pela revisão das carreiras e tabelas remuneratórias da PSP e GNR.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1- Aumentar o valor pago a título de subsídio de risco à PSP e à GNR, equiparando-o valor pago aos profissionais da Polícia Judiciária;

- 2- Revisão das carreiras e tabelas remuneratórias da PSP e GNR, ouvindo os sindicatos e associações profissionais;
- 3- Garantir a igualdade salarial entre GNR e PSP;
- 4- Abertura de novos concursos de ingresso na PSP e GNR.

Assembleia da República, 26 de março de 2024.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabian Figueiredo; Joana Mortágua; José Soeiro

Marisa Matias; Mariana Mortágua;